

V CBE0 - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

O TRABALHO NAS ECONOMIAS COLABORATIVAS: A PRECARIZAÇÃO E O DISCURSO DA
GLAMOURIZAÇÃO

CARLOS ROBERTO SANTOS VIEIRA (UFRGS) - roberto.vieira@ufrgs.br

Professor e Doutorando em Administração - área de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho

Elaine Di Diego Antunes (UFRGS) - elaine.antunes@ufrgs.br

Professora Titular da UFRGS - Área Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho

Contextualização e Objetivos

As alterações históricas nas condições de trabalho no mundo, nas formas de produção coletiva e seus impactos na vida das pessoas vêm sendo amplamente discutidas por inúmeros autores a partir mais diferentes pontos de inflexão teórica. Os objetos de discussão mais alinhados ao trabalho que será apresentado a seguir, podem ser (i) as condições de trabalho advinda das novas condições econômicas da Europa e da América Latina (DOMBOIS, 2000), (ii) as questões de deterioração generalizada da vida do trabalhador, denominado precarização (DRUCK, 2011;STANDING, 2013) e (iii) a epifania radical do fim dos empregos atribuída pelas modificações tecnológicas e sociais aceleradas após o final da II Guerra Mundial (RIFKIN, 2004). Em todos estes pontos de reflexão teórica, e em inúmeras outras percepções do assunto, as discussões sobre trabalho ocupam espaço significativo, seja no Direito, nas Ciências Sociais e principalmente na Administração.

Segundo Fischer (1987), as Relações de Trabalho (RT) se apresentam um campo dinâmico de estudos. Desde o surgimento do modelo taylorista-fordista de produção até as flexibilizações típicas das ditas novas Economias. Assim, as RT exigem reflexões atualizadas sobre as construções teóricas que possam dar conta das questões que emergem a cada instante. Neste sentido, este trabalho tem como proposta de discussão das novas configurações do trabalho nas Economias Colaborativas (EC), focando principalmente na dicotomia entre a glamorização e a precarização do trabalho que estes tipos emergentes de arranjos produtivos apresentam tanto no campo teórico como no empírico.

Para conduzir este debate, primeiramente será realizada uma revisão de trabalhos sobre Economia Colaborativa (EC), seguida de sua definição aqui delimitada e finalmente a discussão entre glamorização e precarização percebidas no campo empírico onde ocorrem as RT. O argumento teórico central, apresentado nas discussões finais, indica um horizonte possível de avanço nas pesquisas para compreensão do trabalho e suas relações nas Economias Colaborativas.

Segundo Belk (2010), a colaboração sempre existiu. Desde as relações familiares, passando pelos rituais de dividir alimentos até as mais complexas formas de compartilhamentos de ativos pessoais ociosos observadas na atualidade, estes atos de compartilhar e colaborar sempre foram uma constante na tessitura social.

Para melhor entendimento das EC e Relações de Trabalho aqui discutidas, é preciso remeter à origem da prática colaborativa para buscar seu lugar no novo modelo de econômico neoliberal vigente. A colaboração, para além de sua origem ancestral, pode estar associada às mudanças fundamentais da recente economia brasileira e mundial, as forças de oferta e demanda nos mercados de consumo e trabalho, a avalanche de medidas liberais concretizadas nos programas de privatização, o abandono das políticas públicas voltadas para a proteção de mercados internos, o acento no controle da moeda e da inflação via elevação da taxa de juros e, finalmente, a flexibilização institucional do mercado de trabalho, implementaram uma profunda mudança na realidade das RT, principalmente no que diz respeito à desregulamentação geral do aparato jurídico e, com ênfase, pelo início das demissões em massa (COSTA, 2005).

Especificamente quanto às EC, bem como suas implicações com as RT e o desemprego, estas não têm um único conceito e nem mesmo uma prática com limites definidos ou unânimes, seja no ambiente gerencial ou acadêmico, e podem ser também um resultado do modelo de flexibilização financeira análoga ao empreendedorismo.

Ainda na busca de um termo que mais se adegue, no mesmo Portal Capes incluindo os mesmos parâmetros da pesquisa já apresentada, somente trocando a busca pelo termo “Economia Criativa” foram encontrados 92 artigos com mais diversos enfoques, desde formas organizadas de fomento artístico até as plataformas digitais de consumo e arrecadação virtual. Não obstante, a diversidade de abordagens, a partir da leitura dos resumos dos 92 trabalhos é possível inferir que, acompanhando (SANTOS; TEIXERIA; LUFT, 2014), as Economias Criativas têm características marcantes em relação às demais indústrias tradicionais, tais como, a criatividade como elemento central e a valorização da arte pela arte.

Ao ir mais adiante nesta busca semântica, um dos conceitos que mais se aproxima da ideia de EC que este trabalho pretende se referir é o de Economia Solidária (ES), cuja temática tem despertado o interesse crescente da comunidade acadêmica nos últimos anos e vem ganhando relevância em um cenário de reconfiguração das relações entre Estado e mercado, em que desponta a ideia de um chamado “terceiro setor” e que também está intimamente relacionado à problemática da exclusão social (FRANÇA, 2001). Neste trabalho, o autor afirma que este tipo de troca humana é caracterizado por uma nova forma de solidariedade, em anteposição ao papel do Estado, da lógica do mercado e caráter comunitário. Segundo Laville (1997), as ES têm dois traços característicos principais que as resumem, são eles (i) a hibridação das economias que permite que subvenções, financiamentos, atividade comercial e trocas não monetárias, como doações segundo a lógica da dádiva, as quais convivem em uma mesma atividade solidária e (ii) a construção de oferta e demanda de forma conjunta com as necessidades locais.

Sob uma outra ótica, a Economia Solidária pode ser vista a partir de duas perspectivas. A primeira diz que esta prática é um retorno ao passado de trocas em uma busca desesperada da resolução de dilemas do presente que assolam o indivíduo e o impelem no caminho de uma espécie de neodomesticidade. A segunda visão, de viés liberal, identifica a ES como a possível construção de um “terceiro setor” que visa corrigir as lacunas do primeiro (Estado) e do segundo (mercado). Este papel paliativo das ES está em rápido desenvolvimento na França em função do possível caráter isomórfico das organizações e da influência do pensamento americano na interpretação deste fenômeno de solidariedade econômica. Mais especificamente, quanto ao isoformismo citado, este pode ocorrer na ES tendo em vista que para sobreviver ou crescer, estas organizações, antes solidárias, recorrem às leis do mercado, vendo-se, forçadas então a adotarem estruturas e sistemas similares, tornando as suas práticas idênticas entre si, num dado setor organizacional, no caso das empresas meramente comerciais e sem um único objetivo solidário (DIMAGGIO; POWELL, 2005).

Na falta de um conceito acadêmico mais adequado, o presente trabalho terá como identificação de Economia Colaborativa uma **atitude coletiva e organizada de compartilhamento de conhecimento, experimentação de outras formas de relação com o contexto, otimização de espaços e principalmente pelo espírito relacional das pessoas que convivem e trabalham em espaços colaborativos**. Este conceito é muito semelhante aos de empresas sociais, conforme França (2001), cuja organização abarca atividades comerciais, mas com finalidades sociais, culturais ou artísticas. Na realidade, o conceito utilizado neste trabalho é o resultado de uma imbricação entre Economias convencionais, criativas e solidárias que têm na confiança e no compartilhamento seus pilares de conceituação e, a seguir discutidas, suas relações de trabalho.

Com o objetivo de trazer dados atualizados sobre os assuntos de EC mais especificamente, segundo relatório do *European Parliamentary Research Service* -

Taxing the value created in the collaborative economy, publicado em fevereiro de 2018¹, a importância atual destes novos arranjos produtivos já é tão expressiva no continente europeu que países com a Bélgica, a França, o Reino Unido e a Itália estão propondo criar um ambiente regulatório, começando pela determinação de impostos sobre estas atividades.

Na América Latina, segundo relatório elaborado Instituto de Empresa de Madrid² em 2016, Brasil, México, Argentina e Peru lideram em número de iniciativas de Economia Colaborativa, concentrando 69% do total de respostas feitas na pesquisa que gerou o relato. O Brasil está no topo da lista com 32% das iniciativas. O relatório utiliza o conceito amplo de EC e coloca os serviços de transporte e acomodação como as principais iniciativas do setor. Especificamente, a forma de EC utilizada neste trabalho é entendida no relatório da América Latina como Educação, formação e Cultura, cuja dimensão é da ordem de 17% de todas as iniciativas.

Como eixo deste documento, em todas estas iniciativas, há trabalho e trabalhadores, sendo assim, nas EC há trabalho e, conseqüentemente, também há relações de trabalho nas suas mais diversas formas e imbricações. O campo empírico está demonstrando a necessidade de um olhar teórico sobre o fenômeno da colaboração e das RT. Tanto na cidade de Porto Alegre/RS - Brasil, como em países como França, Alemanha, Uruguai, Portugal e Espanha. Iniciativas colaborativas, como as aqui conceituadas, têm sido cada vez mais frequentes e, por isso, já estão exercendo influência prática e simbólica nas realidades do trabalho, como nos contratos formais e informais, na legislação, na família e na afetividade, por exemplo.

Em Porto Alegre/RS, o 4º Distrito, que compreende os bairros Humaitá, Farrapos, São João, Navegantes, São Geraldo e Floresta, mantém diversos projetos principalmente colaborativos como o TransLab que se relaciona com produtores da comunidade. Além deste, o Vila Flores promove iniciativas de EC, incluindo espaço *coworking*, atividades culturais e principalmente artísticas voltadas à comunidade. Já o Paralelo Vivo recebe os eventos da Zona de Desenvolvimento Sustentável. Nestes locais, dezenas de pessoas desenvolvem diariamente atividades laborativas e é possível observar uma postura altamente positiva por parte dos trabalhadores colaborativos em relação às iniciativas que fazem parte. Esta postura será denominada a seguir como glamourizada.

Em relação ao termo glamourização, escolhido para definir neste trabalho a percepção altamente positiva compartilhada por alguns trabalhadores colaborativos, foi inócua a procura por uma definição teórica já consolidada e que imprimisse legitimidade à utilização do termo. Sendo assim, este trabalho utilizará o termo glamourização **como o estado de espírito fortemente positivo e isento de crítica inicial quanto às reais condições de fazer parte de um projeto colaborativo.**

Dando continuidade à discussão, depois deste breve esclarecimento semântico, em contrapartida, o trabalho nas EC, para além do caráter a ele atribuído de inovação, flexibilidade e autogestão por parte dos indivíduos, pode ser percebido como falácia da área do trabalho. Sobre esta percepção de discurso falacioso da atividade colaborativa, segundo Lima (2016), o projeto de trabalhar-por-conta-própria passou a ser associado à “liberdade” dos anos 90, com políticas específicas de apoio e a formalização de

¹European Parliament - *The collaborative economy and taxation: Taxing the value created in the collaborative economy*. Acesso em 02/04/2018.

² *Economias Colaborativa em América Latina* – disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/7806?locale-attribute=pt&>. Acesso em 02/04/2018.

pequenas empresas. Tornou-se também política de Estado com os chamados “Arranjos Produtivos Locais” que buscam reduzir a informalidade e incentivar o empreendedorismo dos pequenos negócios, por meio de formação para construção de um “espírito empreendedor” e políticas de apoio como incentivos fiscais diversos, simplificação e redução de impostos.

Entretanto, embora afirmem preferir o trabalho autônomo, esses indivíduos se ressentem dos “direitos” do assalariamento, uma segurança mais virtual do que real a que nunca tiveram acesso. Estas alterações ocorridas nos anos 90, muito mais conseguiram reduzir os custos de produção, do que efetivamente criaram um ambiente benéfico às pessoas, o que constituiu, segundo Lima (2016), um exemplo da falácia relativa a um novo tipo de trabalho que já nasce precarizado.

A respeito do trabalho precarizado, Standing (2013) define o sujeito-vítima. Segundo o autor, o precariado é uma pessoa que tem relações de confiança mínima com o capital e o Estado, o que a torna completamente diferente do assalariado ou do proletário. A condição do precariado é única em termos de classe, apresentando uma condição de truncado, tendo em vista que sua renda social, conceituada pelo autor como as mais diversas formas de renda disponíveis (salário, família, governo etc.) e que não tem qualquer estabilidade ou relação contratual com alguma fonte pagadora regular. Esta autonomia e “espírito de liberdade” são perceptíveis no ambiente empírico de algumas EC e por isso são foco de atenção deste trabalho.

A partir destes conceitos teóricos, uma das questões que aqui se impõe é busca pela percepção cultural dos participantes das EC sobre sua própria precarização. Será que estes trabalhadores se dão conta de sua própria precarização ou ainda consideram preferencialmente a positividade, ora denominada de *glamour* frente à atividade das EC? Com ou sem esta criticidade, seria possível uma luta para melhorias de condições de trabalho nas EC?

O presente trabalho lança ideias para o debate de algumas consequências desta deterioração de relações a partir destas mudanças. Sendo assim, o objetivo do presente texto é fazer uma discussão teórica que relacione RT, precarização e o discurso glamourizado das Economias Colaborativas. Com este estudo inicial pode ser possível começar um debate que busque compreender o trabalho nos ambientes colaborativos e tentar evidenciar nestas novas RT um discurso ideológico de valorização de uma situação de trabalho dita mais livre e distante do emprego formal que pode estar se mostrando precarizada sobre diversos aspectos.

A partir destas reflexões, é possível perceber o discurso da colaboração como uma forma de liberdade, melhoria econômica ou até mesmo síntese do futuro do trabalho. No entanto, pode ser que este mesmo discurso se apresente como uma forma de encobrir toda uma gama de precarizações impostas pelo modelo de flexibilização financeira altamente rentável para os donos do capital, mas que em muitos casos, a colaboração se constitua como fonte de redução de direitos e aumento dos riscos ao indivíduo.

Após este breve panorama dos temas aqui elaborados teoricamente, a questão que finalmente se coloca para futuras pesquisas e que até o momento foram discutidas teoricamente é: como compreender as RT nestas EC de forma que se elucide as percepções contraditórias de glamourização e precarização? Sendo assim, supõe-se que poderia ser este campo precarizado no que tange às RT, no entanto percebido pelos sujeitos como glamouroso no que diz respeito à cultura destas organizações? Fica assim proposta uma pergunta, dentre tantas possíveis, apresentadas neste trabalho.

Nesta perspectiva, o presente artigo, explora a literatura sobre o tema Trabalho e suas Relações, aborda os conceitos Economias Colaborativas, trabalho e possíveis

novas abordagens da relação entre estes dois temas de estudo. Sendo assim, busca-se reflexões críticas, sobre os mais diversos pontos de vistas, sobre os impactos das EC nas relações de trabalho, o discurso de colaboração, as precarizações e as percepções de *glamour* por parte de trabalhadores da EC.

As RT aqui discutidas têm relação com as condições e as práticas de trabalho observadas pelos colaborativos no ambiente colaborativo. Por exemplo, como se dão as questões de remuneração, hierarquia, garantias de direitos sociais, previdência ou relações sindicais? Como em um ambiente colaborativo, como nas iniciativas do 4º Distrito em Porto Alegre – RS, com ampla participação coletiva e trocas constantes de conhecimento e afetos, se dão RT de forma a não tornar o trabalho de colaborar uma atividade precária, sem os mínimos parâmetros de estabilidade?

Sendo assim, tendo em vista o objetivo deste trabalho, que foi fazer um primeiro arrazoado teórico que relacione RT, precarização e o discurso glamouroso das Economias Colaborativas, é proposta aqui, não uma conclusão ou um debate central de ideias, mas sim um início de discussão cujos encontros de ideias e reflexões possam elucidar mais alguns elementos para compreender relações de trabalho, precarização e as novas formas e relações de trabalho no futuro.

Referências

BELK, R. W. Sharing. **Journal of Consumer Research**, v. 36, n. 5, p. 715-734, 2010.

COSTA, Márcia da Silva. O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 111-131, outubro. 2005.

DE FARIA, José Henrique; KREMER, Antônio. Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo do trabalho em transformação. **Revista Eletrônica de Administração**, [S.l.], v. 10, n. 5, jul. 2013.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.

DOMBOIS, Rainer; PRIES, Ludger. *Relaciones laborales entre mercado y estado: sendas de transformación en América Latina*. Venezuela, Nueva Sociedad. 2000.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 37-57, 2011.

FISCHER, R. M. "Pondo os pingos nos is" sobre as relações de trabalho e políticas de administração de recursos humanos. In: FLEURY, M. T. L., FISCHER, R. M. **Processo e relações do trabalho no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1987.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Revista Sociedade & Estado**. Brasília, Departamento de Sociologia - UnB, v.14, n.1-2, p.243-75, jan./dez. 2001

LAVILLE, Jean-Louis. Mudança social e teoria da economia solidária. Uma perspectiva maussiana. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 36, p. 60-73, Aug. 2014. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222014000200060&lng=en&nrm=iso>. access on 05 May 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/15174522-016003604>.

LIMA, Thales Batista de; COSTA, Márcia da Silva. Trabalho informal: uma revisão sistemática da literatura brasileira na área de Administração entre 2004 e 2013. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 310-324, June 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512016000200310&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Apr. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/1679-395135137>.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo**. São Paulo: M.Books do Brasil, 2004.

SANTOS, de Almeida; TEIXEIRA, Rivanda Meira; LUFT, Maria Conceição Melo Silva. Mapeando a Produção Científica sobre Economias Criativas em Periódico Nacionais e Internacionais de 2000 a 2013. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. 8 (4): 23-47, 2014.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.